

## Um exame das hipóteses de Celso Furtado sobre o Crédito e o Financiamento no Brasil Colonial\*

### *An examination of Celso Furtado's hypotheses on Credit and Financing in Colonial Brazil*

Luiza Freitas Caldas\*\*

Daniela Freddo\*\*\*

#### **Resumo**

Neste artigo, busca-se examinar as principais fontes de financiamento do Brasil Colônia, tendo como foco as instituições financeiras sustentadoras das atividades metropolitanas portuguesas e das atividades mercantis coloniais. Centrou-se em investigar as hipóteses examinadas por Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil* (1959), sobre o financiamento e formação de um mercado interno nacional e a possibilidade de refutá-las. Foram analisadas as possíveis demandas por crédito e as fontes de financiamento durante o Brasil colonial, bem como qual foi o impacto do enfraquecimento das relações monetárias na época, proposto por Furtado.

**Palavras-chave:** Celso Furtado; Brasil-colônia; Crédito; Fontes de Financiamento.

#### **Abstract**

*In this paper, we seek to examine the main sources of financing during Colonial Brazil, focusing on the financial institutions that supported Portuguese metropolitan activities and colonial commercial activities. Therefore, we investigate the hypotheses examined by Celso Furtado in *Brazilian Economic Formation* (1959), on the financing and formation of a domestic market and the possibility of refuting them. We also analyzed, the possible demands for credit and sources of financing during colonial Brazil, as well as the impact of the weakening of monetary framework at that time, as proposed by Furtado.*

**Key-words:** Celso Furtado; Colonial Brazil; Credit; Sources of financing

---

\* As autoras agradecem o Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília (ProIC/UnB), o qual permitiu a elaboração deste trabalho. Este insere-se no projeto de pesquisa “A relação do Brasil entre herança colonial e o desenvolvimento do sistema financeiro – uma abordagem histórica e pós-keynesiana” e inicialmente, denominava-se, “As Fontes de Financiamento no Brasil Colonial”.

\*\* Bacharel em Ciências Econômicas e Mestranda em Ciências do Comportamento, ambos pela Universidade de Brasília, e-mail: luiza.fcaldas@gmail.com.

\*\*\* Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, e-mail: freddo.daniela@gmail.com

## 1. Introdução

Neste artigo, busca-se examinar as principais fontes de financiamento do Brasil Colônia, tendo como foco os intermediários financeiros sustentadores das atividades metropolitanas portuguesas e das atividades mercantis coloniais. Por meio de revisão bibliográfica da literatura sobre o tema, analisou-se o desenvolvimento financeiro do Brasil durante o regime colonial e sua relação com o desenvolvimento financeiro da metrópole portuguesa.

A análise aqui desenvolvida centrou-se em investigar as hipóteses de Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil* (1959), sobre o financiamento e a formação do mercado interno em diversos momentos durante o Brasil colônia, e a possibilidade ou não de refutá-las. Foram analisadas as possíveis demandas por crédito e as fontes de financiamento, bem como qual foi o impacto do enfraquecimento das relações monetárias na época, proposto por Furtado.

Em um primeiro momento, questionou-se acerca da capacidade da economia açucareira de se autofinanciar. Já, na transição entre do ciclo da cana-de-açúcar para o do ouro, investigou-se a diminuição da capacidade de exportação da colônia e se esse fenômeno contribuiu para o enfraquecimento monetário interno brasileiro, além da criação de canais de financiamento autônomos. Em relação ao ciclo do ouro, analisou-se o desenvolvimento do comércio brasileiro e do mercado interno, a demanda por crédito e a origem das fontes de recursos: se fora atendida por financiamento português ou estrangeiro. Por fim, com relação ao período de vinda da família real portuguesa para o Brasil, questionou-se a possibilidade de os fatores que atravancaram o desenvolvimento industrial da colônia no período serem os mesmos que impediram o desenvolvimento do sistema financeiro brasileiro.

Além da presente introdução, este artigo está dividido em outras três seções. Na segunda seção, analisa-se a manutenção e o financiamento da economia açucareira, enquanto na terceira, os efeitos da presença do sistema de crédito na colônia. Na quarta, tecem-se os comentários finais sobre a pesquisa.

## 2. Manutenção e financiamento da economia açucareira.

No livro *Formação Econômica do Brasil* (1959), uma das hipóteses levantadas por Celso Furtado é a de que a atividade de exploração da cana-de-açúcar foi mantida por meio de lucros reinvestidos, uma vez que se verificava a viabilidade e rentabilidade da economia açucareira no Brasil Colônia (FURTADO, 1959, p. 51). Ainda assim, Furtado reconhece que o financiamento holandês esteve presente em todas as etapas desta economia: na importação de mão de obra escrava, produção, refino e comercialização do açúcar (FURTADO, *op. Cit.*, p. 11). Para discutir a expansão da atividade açucareira e seu financiamento via crédito estrangeiro é necessário investigar a relação entre a produção e a comercialização das mercadorias do ciclo da cana-de-açúcar, o que será feito nos parágrafos seguintes.

Ainda que se argumente que o crédito não visava a atender às necessidades da produção, por características de um capital voltado à usura (LEVY, 1979, p. 70), é possível mapear uma relação de dependência entre o crédito voltado para o financiamento produtivo e para os processos de circulação comercial. O controle da circulação sobre a produção na economia acontece uma vez que, numa economia pré-capitalista, com práticas mercantilistas, os juros do capital usurário não se submetem às mesmas variações do lucro do capital produtivo (LEVY, *op. Cit.*; p. 108). Esse descompasso entre produção e circulação pode ser compreendido como um sinal da preferência pelo investimento financiado pelo crédito.

A liberdade inicial de comércio e isenções fiscais concedidas pela metrópole atraíram capitais para a instalação dos engenhos de açúcar no Brasil e permitiram aos proprietários rurais portugueses acumular as funções simultâneas de produtores e comerciantes. Apenas após o século XVI, com o crescimento da atividade econômica açucareira, aprofundou-se a especialização entre produção (coordenada por colonos portugueses) e comércio (coordenado por holandeses). Depois de ocorrida a especialização entre produção e comercialização do açúcar, a divisão de funções não só determinou a perda da gestão do processo global pelos produtores portugueses no Brasil Colônia, mas também a intensificação das relações monetárias e a possibilidade de maiores investimentos (LEVY, *op. Cit.*; p. 52).

Com a divisão de funções entre produção e comércio dentro da economia

açucareira, observou-se a presença do intermediário financeiro, que contribuía para armar novos navios para o transporte da carga e adiantava pagamentos mediante a garantia das safras. A burguesia mercantil dominou a produção, por meio de agentes intermediários, os quais em nome de seus comitentes atuaram no sentido de organizar a produção para o mercado. Este foi o papel dos intermediários conhecidos como comissários. Os comissários permaneciam a maior parte da gestão dos negócios na colônia (LEVY, *op. Cit.*, p. 52). Além desses, havia um gênero de comerciantes conhecido como Mercadores de ida-e-vinda, que se caracterizavam pela presença física descontínua, e os feitores, agentes de empresários permanentes na Europa<sup>1</sup>. A presença do intermediário financeiro fez circular uma produção crescente de açúcar, que levou à absorção, cada vez maior, de produtos europeus pela colônia. (LEVY, *op. Cit.*, p. 52).

Os capitais oriundos da produção crescente de açúcar na colônia não foram incorporados internamente para investimentos diretos na produção, prevalecendo o capital mercantil em estreita associação com a aristocracia portuguesa de origem feudal (LEVY, *op. Cit.*, p. 41). Sobre a presença do capital mercantil, Furtado (1959) e Levy (1979) assinalam para a importância da Holanda no processo de investimento inicial e manutenção do controle sobre a distribuição brasileira de açúcar.

A Holanda mantinha para si a distribuição e, Portugal, ajudado pelo capital holandês, a produção. Os obstáculos à empresa de colonização foram superados graças à ampliação do consumo de açúcar ocorrida no século XVI. Desprovidos de uma infraestrutura produtiva no século XVII, os lucros que cabiam a Portugal nos negócios coloniais se reverteram para a Holanda (LEVY, *op. Cit.*, p. 53). Furtado (1959, pp. 45-46), sugere que a indústria açucareira obtinha lucros suficientes para duplicar a capacidade produtiva a cada dois anos e que nos períodos favoráveis, esta deveria ter sido a taxa de crescimento. O autor afirma serem repassadas para Portugal as necessidades produtivas que incorriam em diminuição dos preços e obstáculos para o autofinanciamento. No entanto, Levy (1979, p. 58) aponta que não eram aplicados os recursos excedentes na Colônia. Uma parte considerável dos capitais aplicados na

---

<sup>1</sup> Enquanto os feitores se ocupavam em administrar na Europa o patrimônio e contratos dos proprietários rurais da colônia, os mercadores de ida-e-vinda trabalhavam na compra e venda de mercadorias, financiamentos e concessões de crédito. Entretanto, dentre os intermediadores, sobressaem-se os comissários, pois acumulavam as funções de compra e venda do açúcar para fornecimento a navios, venda de equipamentos e escravos, e estabelecimento de contratos financeiros para crédito e custeio (LEVY, 1977, p. 21).

produção açucareira pertencia aos comerciantes e a maioria dos recursos era transferida para o exterior. Os lucros eram encaminhados para o exterior, uma vez que levar o dinheiro da colônia constituía uma ação livre de taxas, enquanto eram cobrados direitos e fretes sobre a exportação dos produtos (VIEIRA, 1854, P. 343).

Para a recuperação da lavoura açucareira, os meios e formas de obtenção de financiamento passam a ocupar lugar destacado. [...] Por essa perspectiva, as operações de crédito não se limitaram apenas à circulação das mercadorias e passariam a atuar na reprodução do produto social, perdendo, porém, sua posição dominante na acumulação. [...] A reação do capital usurário às novas ideias foi imediata. 'Cada um dos comerciantes dessa praça é em particular uma caixa ou um fundo dos lavradores'. (LEVY, 1979, pp. 118-119).

O estudo do sistema financeiro na circulação simples de mercadorias distingue-se do estudo do sistema financeiro que está acoplado a uma estrutura econômica informada pelo capitalismo, em que, de um lado, a circulação foi dominada pela produção e, de outro, integrada no processo de produção constituindo-se uma de suas fases. Como coloca Levy, (1977, p. 4), “há um fluxo constante do capital produtivo reconvertido em capital financeiro [...] Essas relações se estabelecem por meio de obrigações diretas ou indiretas com as unidades deficitárias colocando seus títulos junto aos intermediários financeiros”.

Mesmo futuramente no século XIX, com o desenvolvimento do setor cafeeiro, os capitais investidos nessa área permaneceram atraídos cumulativamente para transações comerciais e financeiras e para empates no circuito da produção, sob o controle de figuras que ficaram conhecidas como comissários (LEVY, 1977, p. 44). Todo o comércio se fazia a crédito por comissários volantes. A centralização do processo comercial nos portos promoveu o aumento do número de comissários.

Os comissários de mercadores metropolitanos – antecessores a outros atores da economia, os corretores – dentre outras funções, estabeleciam contratos financeiros capazes de conceder crédito para custeio das safras. Até o século XIX, a trajetória da importância desses comissários ou corretores foi oscilatória (LEVY, 1977, p. 21). O comissário progressivamente foi assumindo o papel de banqueiro do grande proprietário. Recorrendo ao crédito bancário, o comissário ficou como ponto de contato do circuito de financiamento e produção (LEVY, *op. Cit.* p. 44).

### 3. Efeitos da presença do sistema de crédito

O efeito mais notável da presença do sistema de crédito na colônia foi o endividamento da burguesia produtora em relação ao comércio, tido como “um fenômeno generalizado nesta época” (LEVY, *op. Cit.* p. 25). O impacto do crédito nas relações monetárias ocorreu pelo endividamento e falta de credibilidade das moedas de troca. Depois do desmoronamento do crédito, ninguém mais emprestava dinheiro, a menos que fosse garantido por um penhor. Como é possível observar em Barleu (1974) “as letras de câmbio eram repudiadas por causa das fraudes”. O endividamento generalizado e a falta de credibilidade das moedas corroboram com a hipótese de escassez de fluxo monetário na colônia, desenvolvida por Furtado (1959).

Adicionalmente, a falta de moeda fiduciária durante o período colonial criou no Brasil o comércio fiado, por meio do crédito, sendo o preço sempre um arbítrio de quem o vendia. O arbítrio da determinação de preços juntamente com o crédito para consumo intensificou o endividamento e a falta de credibilidade monetária na colônia. “Se, por um lado, a concentração de capitais em torno das companhias ampliava as possibilidades de reinvestimento, permitindo certa expansão nas atividades produtivas coloniais, por outro, enrijecia-se o exclusivo metropolitano com o comércio restrito a seus acionistas”. Os investimentos das companhias de comércio eram, justamente, a origem das dívidas dos colonos (LEVY, 1979, p. 111).

Ainda que não houvesse uma economia monetária propriamente dita, como defende Furtado, nota-se uma preocupação com a moeda e o crédito crescente no final do século XVIII. Foram feitas tentativas para organizar uma circulação fiduciária à base de emissões de papel-moeda, semelhante a tentativas anteriores com as ações das Companhias presentes na colônia. Essas tentativas podem ser avaliadas de sucesso se considerarmos que a emissão de “bilhetes de extração”, que circulavam como moeda na colônia, foi oficializada por Portugal, onde eram impressos antes de serem enviados à colônia portuguesa (LEVY, *Op. Cit.* p. 115).

Em relação à decadência do ciclo da cana-de-açúcar, depois da segunda metade do século XVII, em função da produção concorrente nas Antilhas, Celso Furtado argumenta que ocorreu uma queda de rentabilidade do empreendimento português na colônia. Furtado também defende a hipótese de que houve uma migração da população

inserida na economia açucareira para a economia de subsistência pecuária após a decadência do ciclo da cana-de-açúcar, diminuindo a produtividade da economia colonial. O ciclo subsequente, o ciclo do ouro, é marcado por maior dinamismo econômico no interior da colônia. Segundo Furtado, a existência de um fluxo de renda permanente seria uma pré-condição para o desenvolvimento do mercado interno da colônia, de forma a permitir a existência de encadeamentos do sistema produtivo interno, como proposto na ideia do multiplicador keynesiano (KEYNES, 1936).

O fluxo de renda permanente que desenvolve o mercado produtivo, por meio do multiplicador keynesiano, só seria concebível para Furtado em uma economia com mão de obra livre e assalariada. O uso da mão de obra escrava seria naturalmente um limitador do consumo dos trabalhadores, prejudicando o desenvolvimento deste fluxo na colônia. Após a migração de trabalhadores livres para a colônia e o início do movimento de abolição da escravatura, estimulou-se a produção doméstica de bens de consumo não duráveis e a pecuária no sul do país também foi incentivada – e, em menor escala, no Nordeste, tanto para a alimentação como para animais de tração para transporte. Segundo Furtado, o fenômeno de migração da mão de obra livre, somado à exportação de ouro e à dificuldade de importação verificadas na colônia proporcionavam uma diminuição da concentração de renda, aumentando a demanda agregada brasileira.

Para além das relações produtivas, o crédito se alastrou para as relações de consumo, e também causou endividamento generalizado na colônia (LEVY, 1977), como um canal de financiamento autônomo do consumo. Tendo em consideração esse argumento, é possível questionar a ideia de Furtado (1959) de que, devido à colônia ser voltada ao mercado externo e ao uso de trabalho escravo, o fluxo de renda no espaço colonial tenha sido baixo, de modo a impossibilitar o florescimento do mercado interno. É possível que por meio do consumo em uma economia de crédito, o fluxo de renda na colônia tenha sido levemente intensificado, ainda que as relações econômicas estivessem restritas à inexistência de moeda fiduciária ou baixa complexidade manufatureira antes mesmo da migração da mão de obra livre. No entanto, o endividamento generalizado na colônia entorpeceu o mercado interno que se desenvolvia com negócios próprios derivados da concessão de pequenas áreas de exploração que acabaram por fomentar as ações de pequeno comércio e pulverização da renda (LEVY, 1979, p. 104).

Entretanto, é preciso ressaltar que as evidências apontam que o uso de créditos e débitos nas relações comerciais coloniais e o consequente alastramento do endividamento foi fomentado pela escassez monetária. Seja pelo endividamento excessivo, seja pela escassez monetária o desenvolvimento de um mercado interno capaz de interligar as diferentes regiões brasileiras no período colonial não ocorreu. Para Furtado (1959), este fato é crucial para explicar o subdesenvolvimento futuro da economia brasileira.

A baixa complexidade manufatureira na colônia é tida, para Furtado (1959), em parte, como um reflexo da ausência de industrialização da própria metrópole portuguesa. Dessa forma, não haveria, para o autor, demanda por crédito em razão da ausência de um movimento industrializante e, tampouco, oferta de crédito. Levando a argumentação de Furtado mais adiante, poder-se-ia questionar se a própria ausência de industrialização portuguesa não entorpeceria o desenvolvimento de um sistema financeiro nacional português. Evidência desse atraso em relação às potências europeias (Londres e Amsterdã) é o fato de que o primeiro banco do império português ter sido fundado na própria colônia brasileira, em 1808. Portugal teve seu primeiro banco em solo europeu, o Banco de Lisboa, apenas em 1821<sup>2</sup>. O Brasil, diferentemente do que ocorreu com os Estados Unidos, não receberia reflexos positivos da metrópole em relação ao desenvolvimento financeiro.

Como discutido na segunda seção, desde o período do ciclo da cana-de-açúcar até o ciclo do ouro e a vinda da família real, os canais de financiamento de origem portuguesa na colônia eram menos importantes do que aqueles de origem estrangeira. A presença de financiamentos Holandeses prevaleceu sobre os financiamentos portugueses na colônia. Uma linha de pesquisa para trabalhos futuros, seria questionar se haveria estímulos positivos para colônia do uso de canais financiamento que não fossem metropolitanos.

Dessa forma, não necessariamente os baixos desenvolvimentos manufatureiro e financeiro portugueses tiveram reflexos negativos colônia. Houve desenvolvimento financeiro em solo brasileiro no período colonial, porém não o suficiente para criar um mercado interno integrado. Como evidência desse desenvolvimento, Levy (1979, p.111)

---

<sup>2</sup> Segundo Mendonça (2011, p. 2): “A organização bancária, no sentido moderno, em Portugal teve início em 1821, com a criação do Banco de Lisboa. Em 1835, começa a funcionar o Banco Comercial do Porto, que passa também a partilhar com o Banco de Lisboa, a função comercial e também de banco emissor. Pouco se sabe ainda sobre estas primeiras instituições financeiras. Elas evoluíram e transformaram-se, mas pouco ainda se conhece sobre as suas ramificações pelo território”.

aponta para o fato de que as companhias de comércio eram tidas praticamente como bancos públicos e suas ações eram consideradas quantias líquidas de seus valores que giravam no comércio como dinheiro.

No entanto, Levy (1977) alega que antes do século XIX não havia instituições organizadas, mas somente indivíduos exercendo funções de banqueiros - os corretores e comissários. Até o século XIX, a estrutura financeira no Brasil teria sido menos complexa, constituída apenas por dois tipos de instituições: bancos comerciais e Bolsas de Valores. Apenas na segunda metade do século XX que surgiu uma série de outras instituições especializadas em diferentes tipos de crédito. O desenvolvimento das instituições de crédito e dos intermediários financeiros teria sido suficiente para a transferência de propriedade de bens – a acumulação, em sentido histórico, como coloca a autora.

Enquanto isso, no século XVIII, presenciou-se um “baixo entusiasmo” frente à instauração de instituições bancárias em Portugal. A metrópole vivenciou a ausência de intermediadores entre a procura e oferta de capitais. O próprio desenvolvimento das relações de crédito portuguesas não pode ser atribuído às emissões monetárias atreladas às remessas de ouro brasileiras (LAINS e SILVA, 2005) ou relacionado com o sistema de crédito que se desenvolvia na colônia. Assim sendo, os desenvolvimentos financeiros da metrópole e da colônia não foram completamente atrelados.

#### **4. Comentários Finais**

Neste artigo, procurou-se investigar as teorias de Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil* (1959) e a possibilidade de refutá-las. Investigaram-se as possíveis demandas por crédito e as fontes de financiamento durante o Brasil colonial, como também o impacto do enfraquecimento das relações monetárias na época, proposto por Furtado. Em relação à transição entre o ciclo da cana-de-açúcar e do ouro, foi investigada a diminuição da capacidade de exportação da colônia e se esse fenômeno contribuiu para o enfraquecimento monetário interno brasileiro, além da criação de canais de financiamento autônomos.

Mediante a revisão bibliográfica analisada, foi possível constatar uma relação de dependência entre o crédito voltado para o financiamento produtivo e para os processos de circulação comercial, de modo que a plena capacidade de autofinanciamento da

produção não era utilizada, o que não corrobora com a ideia de Furtado sobre reinvestimento dos lucros na economia açucareira. Não se contesta a ideia de que potencialmente a economia açucareira poderia seguir via lucros reinvestidos, no entanto, a literatura analisada aponta para o fato de que ela se financiava via uso de crédito.

Com o acúmulo de funções simultâneas de produtores e comerciantes dos proprietários rurais portugueses, após o século XVI, com o crescimento da atividade econômica açucareira, aprofundou-se a especialização entre produção e comércio, respectivamente coordenados por portugueses e holandeses. A burguesia mercantil dominou a produção, por meio de agentes intermediários, os comissários. Assim, uma vez que os holandeses eram os principais agentes na distribuição dos produtos da economia açucareira, parte considerável dos capitais aplicados na produção açucareira pertencia aos comerciantes e a maioria dos recursos era transferida para o exterior.

Uma vez compreendido que a demanda por crédito e a origem das fontes de recursos eram atendidas por financiamento predominantemente estrangeiro (holandês), também foi analisado o desenvolvimento do comércio brasileiro e do mercado interno. O efeito mais notável da presença do sistema de crédito na colônia foi o endividamento generalizado da burguesia produtora em relação ao comércio. Há evidências na literatura de que o endividamento ocorreu não apenas no escopo dos financiamentos produtivos, mas também no consumo interno da colônia. Dessa forma, o endividamento generalizado pode ter criado obstáculo ao desenvolvimento do multiplicador keynesiano, ainda que tenha permitido a existência de um incipiente mercado interno, porém não integrado, com presença inclusive de circulação de moedas à base do crédito, ainda que a economia não fosse plenamente monetizada com papel-moeda fiduciário.

Por fim, analisou-se se o atraso na constituição de um sistema financeiro português, em comparação com as potências europeias, teve efeitos negativos na colônia. No entanto, após análise da literatura utilizada neste artigo, não necessariamente este teria entorpecido o sistema financeiro brasileiro, pois o financiamento teria ocorrido sobretudo pelo capital holandês. Entretanto, este questionamento deve ser melhor investigado futuramente: se instituições financeiras holandesas foram predominantes em solo colonial brasileiro, quais foram os reflexos positivos e negativos que tiveram sobre a formação da economia brasileira? Qual a relação entre essas instituições e a formação ou não de manufaturas na colônia?

Por fim, pôde-se notar que houve desenvolvimento do sistema crédito colonial, porém os estímulos para isto parecem estar mais atrelados com a escassez de moeda do que com a própria dinâmica do mercado interno. Apesar de ser possível questionar a hipótese de Furtado acerca do desenvolvimento de relações creditícias na colônia, não foram encontradas evidências de que esse desenvolvimento levou à criação de um mercado interno integrado, mas apenas incipiente.

## 5. Referências Bibliográficas

- BARLEU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Ed. Itatiaia/USP, São Paulo. 1974.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. Editora Nacional, São Paulo (1959, 1991).
- KEYNES, J. M. (1936) **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Editora Atlas S.A.
- LAINS, P; SILVA, A. F. (org). **História Econômica de Portugal**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2005.
- LEVY, M. B. **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro**. IBMEC, Rio de Janeiro. 1977.
- LEVY, M. B. **História Financeira do Brasil Colonial**. IBMEC, Rio de Janeiro. 1979.
- MENDONÇA, A. A. B (2001) Contributos para a História da Expansão do Sistema Bancário no Espaço Regional (1874-1930): o caso do algarve. **Comunicação apresentada ao: XXXI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social**. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. 18 de Novembro de 2011.
- VIEIRA, Antonio, sacerdote; **Cartas...Lisboa**, J.M.C. Seabra e T.Q. Antunes, 1854, 4v.

